

INCLUSÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, CAMPUS DE CACOAL

INCLUSION, ACCESS, AND RETENTION OF INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA, CACOAL CAMPUS

Isabela Simão Ribeiro¹
Pablo Palob Iway Suruí²
Carolina de Albuquerque³

Resumo: Este artigo analisa as ações desenvolvidas no projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Cacoal, voltadas à inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas. O objetivo é compreender essas dificuldades e propor estratégias para superá-las, como o apoio em processos burocráticos, o oferecimento de oficinas de nivelamento e a criação de espaços de escuta e debate sobre as questões indígenas. A metodologia adotada incluiu levantamento bibliográfico e análise documental das atas das reuniões realizadas com discentes, docentes e gestores, para acompanhamento das atividades. Entre as ações implementadas, destacam-se oficinas de Técnicas de Oratória, Manuseio do Vade Mecum, Normas da ABNT, uso do SIGAA, Interpretação de Texto, Escrita Acadêmica e Matemática. Os resultados evidenciam a importância do apoio institucional contínuo e da construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade indígena como parte essencial de sua missão. Conclui-se que o acesso e permanência tem avançado por meio de ações afirmativas, como as cotas e as ações descritas neste projeto.

Palavras-chave: educação indígena; extensão universitária; permanência.

Abstract: *This article analyzes the actions developed in the extension project of the Federal University of Rondônia (UNIR), Cacoal campus, aimed at the inclusion, access, and retention of indigenous students. The objective is to understand these difficulties and propose strategies to overcome them, such as support in bureaucratic processes, the offering of leveling workshops, and the creation of spaces for listening to and debating*

¹ Discente do Departamento de Direito, Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, UNIR. isabelasimaoribeiro@gmail.com

² Discente do Departamento de Ciência Contábeis, Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, UNIR. ppablosurui@gmail.com

³ Doutora em Ciências (Ambiente e Sociedade) e em Direito Político e Econômico, Docente do Departamento de Direito, Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, UNIR. kdalbuquerque@gmail.com

Indigenous issues. The methodology adopted included bibliographic research and document analysis of the minutes of meetings held with students, teachers, and managers to monitor the activities. Among the implemented actions, workshops on public speaking techniques, handling of the Vade Mecum, ABNT standards, use of SIGAA, text interpretation, academic writing, and mathematics stand out. The results highlight the importance of continuous institutional support and the construction of a truly inclusive university that recognizes and values Indigenous diversity as an essential part of its mission. It is concluded that access and retention have advanced through affirmative action, such as quotas and the actions described in this project.

Keywords: *indigenous education. university extension. student retention.*

INTRODUÇÃO

Os estudantes indígenas matriculados na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em especial no *campus* de Cacoal, localizado na região da Amazônia Legal, enfrentam desafios específicos no acesso, na permanência e no sucesso acadêmico no ensino superior. Entre esses desafios destacam-se as dificuldades relacionadas ao ingresso por meio das políticas de cotas, a adaptação às exigências acadêmicas, as barreiras linguísticas e as diferenças culturais.

Embora os avanços históricos na inclusão de populações vulneráveis sejam notáveis, a plena efetivação dessa inclusão transcende o simples ingresso, revelando uma complexa trama de desafios que perpassam a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. A partir da análise dos debates iniciais e das políticas públicas inclusivas das cotas, este trabalho apresenta as ações extensionistas realizadas em projeto para os cursos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Cacoal, inserida na Amazônia Legal brasileira.

Ao articular ensino, pesquisa e extensão, este projeto busca consolidar a função social da universidade por meio de ações que promovem a integração entre diferentes saberes. No campo do ensino, propicia estratégias pedagógicas mais sensíveis às diferenças culturais e linguísticas dos estudantes indígenas. Na pesquisa, fomenta a produção de conhecimento crítico acerca dos desafios para a inclusão dos alunos indígenas no ensino superior, e, na extensão, possibilita a criação de espaços de diálogo intercultural que valorizam as identidades tradicionais ao mesmo tempo em que favorecem a inserção acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o processo de inclusão teve início na década de 1940, com a ampliação da visibilidade dos estudantes negros. Em 1949, o jornal Quilombo propôs bolsas de estudo para jovens negros como forma de ação afirmativa, antecipando políticas que o Ministério da Educação (MEC) viria a propor décadas depois. Contudo, os anos 1950 não testemunharam um avanço institucional significativo para incorporar essa demanda no sistema educativo, sem ações concretas (Carvalho, 2005).

A Universidade de Brasília (UnB) em 2003 foi pioneira no estabelecimento de um sistema de cotas raciais para negros e também na implementação da reserva de vagas para estudantes indígenas, algo até então inédito em universidades federais no Brasil. Esse movimento não foi apenas uma resposta às crescentes pressões sociais e reivindicações dos movimentos negros e indígenas, mas também, uma tentativa concreta de reparar, ainda que de forma tardia, os efeitos históricos do racismo estrutural e da exclusão social no país (Carvalho, 2005; Silva, 2007).

Seguindo os passos da UnB e de outros movimentos de democratização do ensino superior estaduais, diversas universidades brasileiras, como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), passaram a adotar políticas afirmativas e mecanismos de inclusão social e étnico-racial (UNEMAT, 2019; Estácio, 2015; Costa e Oliveira, 2011).

Posteriormente, a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representou uma transformação significativa na política de acesso ao ensino superior no Brasil. Ela estabeleceu a obrigatoriedade de reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pardos e indígenas, de forma proporcional à representação dessas populações em cada estado (Brasil, 2012).

O principal objetivo é promover a equidade, corrigindo desigualdades históricas e garantindo que grupos sub-representados tenham mais oportunidades. Ao reservar vagas, a lei enfrenta desigualdades e promove um ambiente acadêmico mais diverso e inclusivo. Apesar dos desafios, os resultados positivos e o potencial de transformação social que a lei representa são inegáveis, tornando-a um marco importante na luta por justiça social e equidade educacional (Brasil, 2012).

A inclusão dos povos indígenas no ensino superior brasileiro é fruto de uma longa trajetória de lutas e reivindicações históricas, marcada pela busca por reconhecimento, respeito e valorização de seus saberes, culturas e modos de vida (Silva e Costa, 2022). Contudo, a efetivação dessa inclusão transcende o simples ingresso (Krainski, Krueger e Goitoto, 2022). A análise de dados recentes do Censo Demográfico 2022 e do Censo da Educação Superior 2023 revela que a população indígena continua enfrentando processos estruturais de marginalização no sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino superior.

De acordo com o Censo 2022, pouco mais da metade da população indígena do país (51,25%) está especificada na Amazônia Legal, com 403,3 mil indígenas residindo em territórios oficialmente delimitados, o que representa 64,83% dos indígenas que vivem em terras indígenas na região. Além disso, a população indígena é majoritariamente jovem, com 56,10% tendo menos de 30 anos, proporção significativamente superior à média nacional (42,07%) (IBGE, 2023).

A análise dos dados do Censo da Educação Superior 2022, evidencia uma profunda desigualdade no acesso à universidade: enquanto 37% dos concluintes do ensino médio que se autodeclararam brancos ingressaram no ensino superior no ano seguinte, apenas 12% dos indígenas obtiveram esse ingresso, sendo essa a menor taxa entre todos os grupos raciais consolidados (brancos, pardos, pretos, indígenas e amarelos) (INEP, 2024).

A identidade indígena amazônica não pode ser compreendida apenas a partir de indicadores demográficos ou territoriais, mas como resultado de uma construção histórica, simbólica e cultural vinculado ao território e às formas próprias de existência dos povos da região. Nesse sentido, a cultura amazônica se estrutura a partir de um imaginário específico, no qual natureza, memória coletiva e práticas simbólicas de entrelaçam, constituindo identidades plurais e resistentes às imposições coloniais (Loureiro, 2015). De modo complementar, a Amazônia foi historicamente “inventada” por discursos externos, o que contribuiu para a marginalização e a invisibilização das identidades indígenas, impactando diretamente sua inserção em espaços institucionais como a universidade (Maués, 1999).

Somado a essa problemática, conforme destaca Gersem Baniwa (2013), garantir o acesso não é suficiente. O grande desafio reside na construção de condições efetivas de permanência que respeitem a diversidade cultural e atendam às demandas específicas dos estudantes indígenas (Ferreira, Soares e Castro, 2021). Isso exige das universidades a

criação de políticas de apoio pedagógico, psicológico e financeiro, além da valorização dos saberes tradicionais no ambiente acadêmico (Baniwa, 2013; Luciano e Amaral, 2021).

O enfrentamento das desigualdades no ensino superior brasileiro exige, necessariamente, uma superação de práticas institucionais que reproduzam uma lógica eurocêntrica, colonial e excludente, historicamente estruturada nas universidades (Costa e Carniel, 2022). Essa lógica, pautada na homogeneização dos saberes e na marginalização dos conhecimentos não ocidentais e da memória biocultural (Toledo e Barrera-Bassols, 2008), impõe barreiras simbólicas à permanência de estudantes indígenas no ambiente acadêmico. A persistência do racismo institucional e interpessoal (Melo e Araújo, 2019; Peixoto, 2017; Vasconcelos, 2022) cria um ambiente hostil que impacta diretamente a trajetória acadêmica desses estudantes, mesmo após o ingresso.

A permanência, muitas vezes, é tratada de forma limitada, restrita à concessão de auxílios financeiros, moradia estudantil, transporte e alimentação. Embora esses recursos sejam fundamentais, eles, por si só, não são suficientes para garantir uma trajetória acadêmica digna, plena e livre das violências simbólicas que atravessam o cotidiano universitário (Palandi, 2021; Luna, Teixeira e Lima 2021). A necessidade de uma ecologia de saberes (Santos, 2007) e de um diálogo intercultural profundo se faz premente para a construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, que reconheça a riqueza dos conhecimentos dos povos da Amazônia (BPBES, 2018; Luna, Teixeira e Lima 2021).

O crescimento no número de candidatos indígenas em processos seletivos demonstra não apenas a eficácia das políticas de acesso, mas também o desejo crescente desses povos de ocupar os espaços acadêmicos e transformá-los (Sangion, 2022). Entretanto, como alerta o Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas, a permanência segue sendo um dos maiores desafios, especialmente diante da insuficiência de políticas de apoio, da ausência de combate efetivo ao racismo e da negligência quanto às especificidades culturais dos povos indígenas (Ambrosio, 2025).

METODOLOGIA

Este trabalho examina a implementação de políticas de ações afirmativas em contextos regionais específicos, com foco na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Cacoal. A UNIR adotou a reserva de vagas para estudantes indígenas em cumprimento da Lei nº 12.711/2012, buscando promover a equidade no acesso ao ensino superior (Aires, 2021).

Desde 2012, a universidade tem ampliado suas ações afirmativas, e no processo seletivo de 2025, por exemplo, 1.677 das 2.662 vagas foram destinadas a cotas, com 272 para ações afirmativas que incluem grupos indígenas (UNIR, 2025). Essa adoção resultou em um crescimento de 13.000% no número de alunos indígenas matriculados, refletindo o compromisso da universidade com a diversidade (Adifes, 2021).

A cidade de Cacoal, localizada no interior de Rondônia, abriga um do *campus* da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que se destaca pela presença significativa de estudantes indígenas, em especial oriundos dos povos Paiter Suruí e outras etnias da região. A escolha por analisar o *campus* de Cacoal se justifica pelo seu papel estratégico na

interiorização do ensino superior e na promoção da diversidade étnico-racial no ambiente acadêmico.

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, com o objetivo de compreender os impactos das ações extensionistas de inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas no *campus* de Cacoal da UNIR.

Inicialmente, a pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico focado nas ações afirmativas no ensino superior brasileiro, com ênfase nas políticas de cotas para a população indígena. Esta etapa buscou contextualizar o estudo no panorama nacional e regional, oferecendo uma visão crítica sobre a construção histórica dessas políticas, seus fundamentos legais e os principais debates científicos sobre sua efetividade, limites e impactos. Foram consultadas obras teóricas, artigos científicos, legislações pertinentes (como a Lei nº 12.711/2012) e documentos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na etapa seguinte, realizou-se uma análise documental, com foco na coleta de dados extraídos de fontes institucionais, como editais de ingresso (referentes a processos seletivos com vagas reservadas para candidatos indígenas), relatórios internos da universidade (contendo informações sobre estudantes indígenas ativos, registros de evasão e cancelamento de matrícula) e atas de reuniões disponibilizadas no SEI. Essa abordagem permitiu compreender como as políticas são operacionalizadas localmente e quais os principais desafios enfrentados na efetivação do direito ao acesso e à permanência.

Como parte das ações práticas do projeto, foram oferecidos espaços de apoio acadêmico aos estudantes indígenas do *campus*, durante o ano de 2024. Estas atividades consistiram em oficinas com foco em habilidades essenciais para o desempenho universitário, abrangendo temas como Técnicas de Oratória, Manuseio do Vade Mecum, Normas da ABNT, uso do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Interpretação de Texto, Escrita Acadêmica e Matemática. O objetivo foi capacitar os estudantes e promover sua autonomia no ambiente acadêmico.

Foram realizadas reuniões semanais de acompanhamento com toda a equipe envolvida. Essas reuniões serviram como espaços para a avaliação contínua das atividades propostas, o alinhamento das metodologias, a discussão dos dados coletados e o ajuste das estratégias. Além disso, possibilitaram a construção coletiva do conhecimento por meio do diálogo constante entre os membros da equipe, valorizando a escuta ativa e o protagonismo dos estudantes indígenas no processo investigativo. Essa dinâmica de encontros frequentes contribuiu significativamente para um acompanhamento mais próximo e sensível da realidade vivenciada pelos estudantes indígenas no *campus* da UNIR em Cacoal, aproximando a investigação acadêmica da prática extensionista e do compromisso social com a inclusão e permanência.

A combinação dessas estratégias metodológicas permitiu uma análise crítica e contextualizada dos fatores que influenciam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes indígenas na UNIR de Cacoal, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais de inclusão no ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

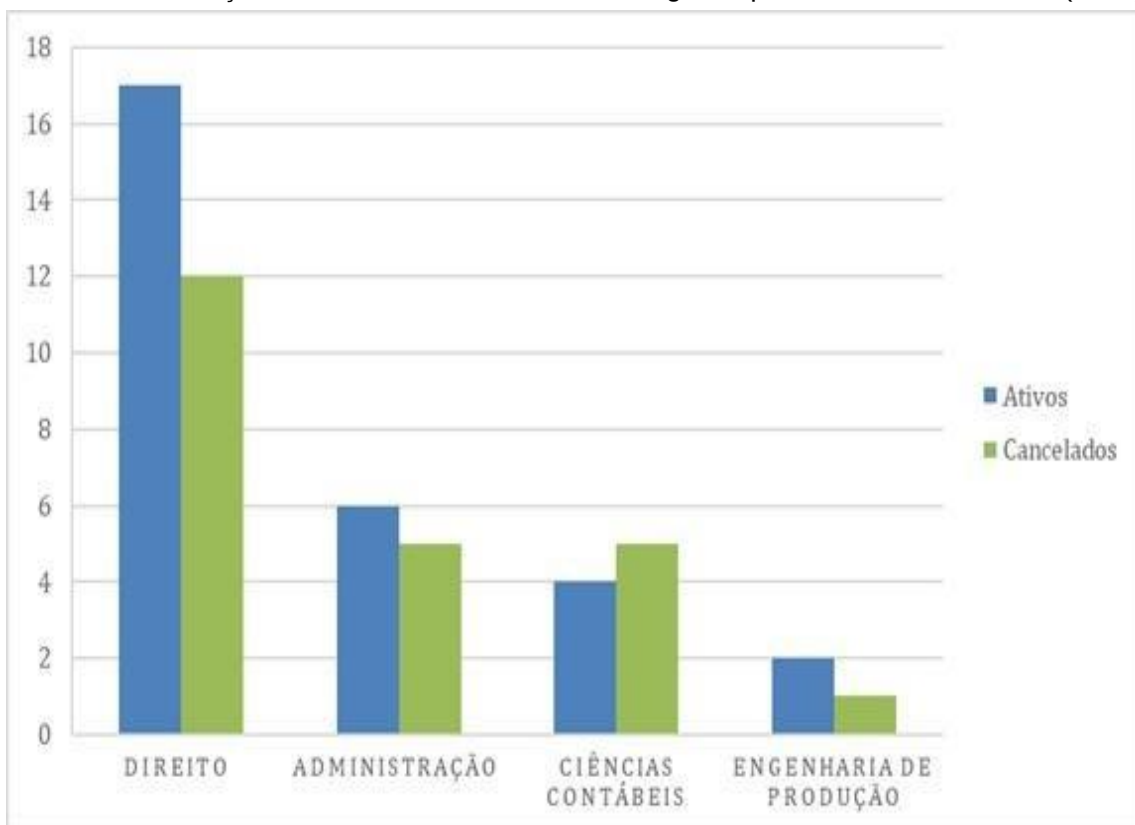
INDÍGENAS NA UNIR DE CACOAL

A ampliação do acesso de estudantes indígenas ao ensino superior, especialmente em instituições públicas como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), representa um marco relevante no reconhecimento dos direitos desses povos e na valorização da diversidade étnico-racial no ambiente acadêmico (Silva e Costa, 2022). Contudo, o ingresso é apenas a etapa inicial de uma trajetória que, para se concretizar plenamente, exige o enfrentamento de múltiplos desafios relacionados à permanência e à conclusão dos cursos (Baniwa, 2013; Bergamaschi, Doebber e Brito, 2019), sendo necessário refletir sobre a efetividade de ações específicas para a ampliação dos direitos dessas populações.

Torna-se fundamental analisar dados institucionais que evidenciam os desafios enfrentados por esses estudantes, os quais vão além do acesso, envolvendo principalmente a permanência e o sucesso acadêmico, neste caso, dos discentes indígenas nos Cursos de Graduação no *campus* de Cacoal, no ano de 2024.

A partir do levantamento realizado junto aos registros da UNIR, *campus* de Cacoal, observou-se em 2024 um total de 52 estudantes indígenas matriculados nos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. Desses, 25 (48,1%) tiveram suas matrículas canceladas, enquanto 27 (51,9%) permanecem com vínculo ativo. Essa proporção evidencia uma taxa significativa de evasão entre os estudantes indígenas, reforçando a necessidade de políticas de permanência mais efetivas (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Situação de matrícula de estudantes indígenas por curso - UNIR Cacoal (2024)



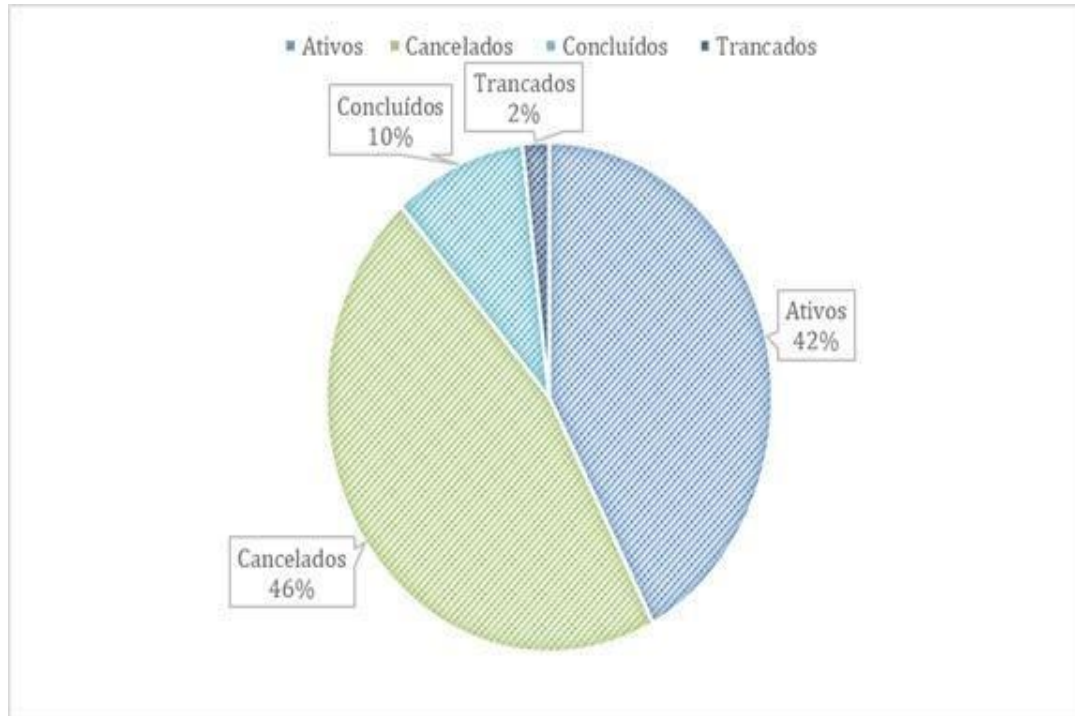
Fonte: Próprio autor, 2024.

O curso de Direito (incluindo o turno vespertino) concentra o maior número de estudantes indígenas (29 no total), dos quais 17 estão ativos e 12 cancelados. Em seguida, destacam-se os cursos de Administração, com 11 estudantes (6 ativos e 5 cancelados), Ciências Contábeis, com 9 (4 ativos e 5 cancelados), e Engenharia de Produção, com 3 (2 ativos e 1 cancelado).

Esses dados demonstram que, embora as políticas de ações afirmativas tenham promovido o acesso, a permanência ainda representa um desafio relevante. A elevada taxa de cancelamentos, especialmente nos cursos de maior demanda, sugere a existência de barreiras acadêmicas, culturais e institucionais, como dificuldades de adaptação, ausência de suporte contínuo, entraves linguísticos e falta de acolhimento específico. Portanto, é imprescindível a adoção de estratégias institucionais de acompanhamento, tutoria e fortalecimento das redes de apoio, visando à construção de uma universidade mais inclusiva e sensível à diversidade indígena.

Em 2025, dos 52 estudantes indígenas, 22 encontram-se com matrícula ativa (aproximadamente 42%). Por outro lado, 24 estudantes (46%) tiveram suas matrículas canceladas, configurando-se como o grupo mais numeroso. Apenas 5 estudantes (10%) concluíram seus cursos, e um estudante (2%) encontra-se com matrícula trancada (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Situação da matrícula de estudantes indígenas – UNIR Cacoal (2025)



Fonte: Próprio autor, 2025.

A baixa taxa de conclusão e o expressivo número de evasões apontam para a importância de refletir sobre o papel da universidade pública na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

AÇÕES EXTENSIONISTAS NA UNIR DE CACOAL

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Comunitária (PIBEC) é uma estratégia vital das universidades públicas brasileiras para articular ensino, pesquisa e extensão, promovendo a integração da comunidade acadêmica com a sociedade (Arryo e Rocha, 2010). Na UNIR, o PIBEC tem sido essencial para ações extensionistas que dialogam com realidades locais e fomentam a transformação social.

Nesse cenário, foi concebido o Projeto de “Inclusão, Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas na Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Cacoal”, vinculado ao PIBEC, ciclo 2024. A proposta do projeto surge do reconhecimento de que, embora o ingresso via cotas seja um avanço importante, ele por si só não garante a capacidade dos estudantes de lidar com os instrumentos necessários para o acompanhamento de suas inscrições em processos seletivos e outras formas de ingresso, nem com a burocracia da matrícula, nem tampouco supera as dificuldades relacionadas à sua permanência e sucesso acadêmico. O projeto busca, por meio de ações extensionistas, fornecer auxílios e atividades que facilitem o processo de adaptação, permanência e desenvolvimento acadêmico desses estudantes, respeitando suas identidades culturais e promovendo uma experiência universitária mais acolhedora.

Ao longo de 2024, diversas ações foram organizadas para fortalecer a permanência dos estudantes indígenas, no âmbito do Projeto de Inclusão, Acesso e Permanência. Entre as principais iniciativas, destacam-se a oferta de oficinas e o acompanhamento individualizado em questões relacionadas à documentação acadêmica, como matrícula, trancamento, renovação de bolsa, acesso à assistência estudantil e regularização de dados. A Tabela 1 descreve a realização das atividades do programa, demonstrando iniciativas voltadas para a assistência na documentação e nivelamento acadêmico.

Para avaliar o impacto dessas ações e identificar melhorias, foi realizada uma avaliação junto aos participantes ao final do ano. O instrumento coletou dados qualitativos e quantitativos sobre os pontos positivos, desafios e sugestões para aprimoramento. Os resultados indicaram a importância da continuidade dessas ações, reforçando a necessidade de institucionalização de políticas permanentes de apoio à permanência dos estudantes indígenas, com abordagem na escuta, no acolhimento e na superação das desigualdades estruturais.

Com base na análise dos formulários aplicados aos estudantes, observou-se uma avaliação positiva das atividades. As oficinas, que incluíram temas como Matemática, Português, Oratória, Normas da ABNT, SIGAA, e apoio para documentação, foram bem recebidas.

Tabela 1 – Atividades de extensão

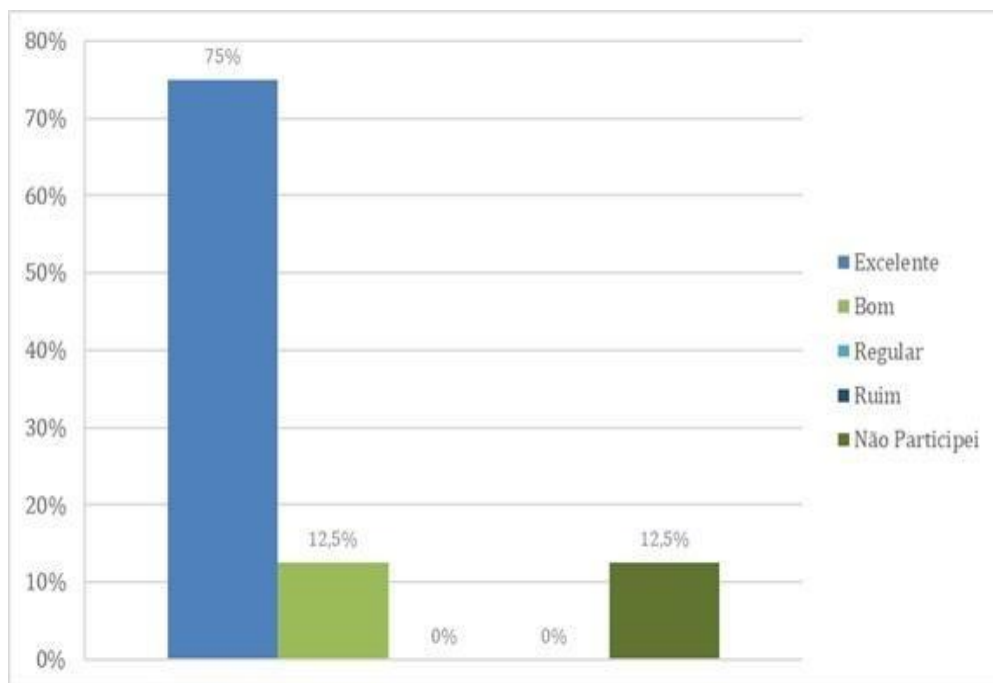
DATAS	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
03/06/2024 a 07/06/2024	Auxílio aos alunos indígenas para enviar a documentação do CUCA.	Apoio na coleta e envio da documentação necessária para o Cadastro Único para Concessão de Auxílios (CUCA).
05/06/2024	Assistência a dois alunos indígenas para separar a documentação do Edital do PROCEA/CUCA.	Ajuda na organização dos documentos para participação do edital do PROCEA.
06/06/2024	Auxílio a três alunas e ao aluno Maribgasotor Surui para o cadastro no CUCA e matrícula na universidade.	Apoio na inscrição no Cadastro Único para Concessão de Auxílios (CUCA) e na matrícula na universidade para novos alunos indígenas.
11/06/2024 e 12/06/2024	Acompanhamento da banca de heteroidentificação do aluno Maribgasotor Surui, com resultado deferido no dia 12/06.	Suporte ao aluno durante o processo de heteroidentificação, com resultado deferido no dia 12/06.
02/07/2024	Levantamento das Horas Complementares	Organização e verificação das horas complementares dos alunos.
12/07/2024	Oficina: Técnicas de Oratória	Oficina para aprimorar habilidades de comunicação e discurso público.
13/07/2024	Oficina: Manusear o Vade Mecum	Treinamento para utilizar o Vade Mecum de forma eficiente nas atividades acadêmicas de Direito.
13/07/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
20/07/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
24/07/2024	Normas da ABNT	Capacitação sobre as regras da ABNT para formatação de trabalhos acadêmicos.
03/08/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
13/09/2024	Oficina do SIGAA	Treinamento sobre como utilizar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e realizar requisitos.
14/09/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
20/09/2024	Oficina de Interpretação de Texto e Escrita Acadêmica	Desenvolver habilidades de interpretação de textos acadêmicos e escrita formal em língua portuguesa, capacitando os estudantes indígenas a se comunicarem de forma eficaz no contexto universitário e a expressarem suas perspectivas culturais por meio da escrita.
21/09/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
05/10/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
11/10/2024	Oficina de Interpretação de Texto e Escrita Acadêmica	Desenvolver habilidades de interpretação de textos acadêmicos e escrita formal em língua portuguesa, capacitando os estudantes indígenas a se comunicarem de forma eficaz no contexto universitário e a expressarem suas perspectivas culturais por meio da escrita.
19/10/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
25/10/2024	Oficina de Interpretação de Texto e Escrita Acadêmica	Desenvolver habilidades de interpretação de textos acadêmicos e escrita formal em língua portuguesa, capacitando os estudantes indígenas a se comunicarem de forma eficaz no contexto universitário e a expressarem suas perspectivas culturais por meio da escrita.
09/11/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.
15/11/2024	Oficina de Interpretação de Texto e Escrita Acadêmica	Desenvolver habilidades de interpretação de textos acadêmicos e escrita formal em língua portuguesa, capacitando os estudantes indígenas a se comunicarem de forma eficaz no contexto universitário e a expressarem suas perspectivas culturais por meio da escrita.
22/11/2024	Oficina de Interpretação de Texto e Escrita Acadêmica	Desenvolver habilidades de interpretação de textos acadêmicos e escrita formal em língua portuguesa, capacitando os estudantes indígenas a se comunicarem de forma eficaz no contexto universitário e a expressarem suas perspectivas culturais por meio da escrita.
23/11/2024	Oficina de Matemática	Desenvolvimento de habilidades matemáticas básicas.

Fonte: Próprio autor, 2024.

A avaliação das oficinas realizadas ao longo de 2024 revelou uma recepção bastante positiva, com a maioria dos estudantes classificando as atividades como “excelentes”, confirmando seu papel fundamental no fortalecimento de suas trajetórias acadêmicas

(Gráfico 3). Destacaram-se, em especial, as oficinas de Matemática, Língua Portuguesa, Normas da ABNT e uso do SIGAA, por contribuírem diretamente com o desempenho nas disciplinas dos cursos.

Gráfico 3 - Avaliação das oficinas – UNIR Cacoal (2024).



Fonte: Próprio autor, 2024.

A Oficina de Matemática foi a mais mencionada, sendo fundamental para a compreensão de fundamentos básicos e conceitos avançados, além de recuperar a autoconfiança nas questões exatas. As oficinas de Língua Portuguesa e ABNT foram valorizadas por contribuírem significativamente com a produção textual e a normatização de trabalhos acadêmicos. A oficina de SIGAA foi importante para estudantes com dificuldades na plataforma digital da universidade. A oficina de Oratória, embora menos citada, também recebeu avaliações positivas, sendo relevante para aprimorar a expressão em público e, consequentemente, colaborar de forma utilitária para a apresentação de trabalhos e seminários na universidade.

Quanto à atuação dos professores, os estudantes elogiaram unanimemente a didática e clareza dos ministrantes, destacando o incentivo à participação e à resolução de dúvidas. Algumas sugestões de melhoria incluíram o aumento da carga horária e maior frequência das oficinas, preferencialmente semanalmente. Os participantes demonstraram interesse por novos temas, como informática básica, matemática avançada, direitos indígenas e temas acadêmicos voltados à realidade dos povos indígenas, como participação em projetos de extensão e pesquisa com enfoque étnico-racial.

Os dados obtidos revelaram que a maioria dos estudantes indígenas participantes relatou uma melhoria significativa em seu desempenho acadêmico após as oficinas, com avanços concretos como maior facilidade na compreensão dos conteúdos, melhoria na organização dos estudos e maior autonomia nas tarefas acadêmicas. Portanto, a experiência desenvolvida ao longo de 2024 oferece subsídios concretos para a defesa da

institucionalização dessas práticas na universidade, reforçando a importância de investir em estratégias educativas que promovam a equidade e a inclusão no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos estudantes indígenas no ensino superior brasileiro, especialmente no contexto da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Cacoal, evidencia conquistas importantes, mas também revela desafios persistentes. A pesquisa demonstrou que, embora as políticas de ações afirmativas tenham avançado no acesso, a permanência ainda esbarra em obstáculos estruturais, culturais e institucionais que precisam ser enfrentados com maior profundidade e compromisso.

As ações desenvolvidas pelo projeto de extensão vinculado ao PIBEC mostraram-se fundamentais para apoiar os discentes indígenas em suas jornadas acadêmicas. Oficinas de nivelamento, apoio individualizado, acompanhamento pedagógico e espaços de escuta são práticas que não apenas facilitam a permanência, mas também, promovem o pertencimento e a valorização das identidades indígenas no ambiente universitário.

Contudo, apesar da relevância inegável das ações extensionistas, é fundamental reconhecer suas limitações. A prática extensionista local, por sua natureza, não está apta a resolver problemas estruturais mais amplos, como a necessidade de alteração dos planos de curso para incorporar e valorizar os saberes tradicionais indígenas, ou a construção de uma sensibilização institucional profunda que permeie toda a universidade. Tais questões demandam transformações institucionais de base, essenciais para a proteção efetiva e a plena inclusão dessas populações no ambiente universitário, indo além do escopo das iniciativas pontuais.

Portanto, para que o acesso se traduza em permanência e sucesso, é imprescindível que a universidade reconheça, respeite e acolha a presença indígena em sua plenitude, garantindo não apenas o direito à educação, mas o direito a uma educação que dialoga com os territórios, saberes e culturas desses povos.

REFERÊNCIAS

AIRES, Cleidiane Leite Bueno, **Do acesso ao sucesso: análise da política de cotas e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Fundação Universidade Federal de Rondônia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao de Programa de Pós-Graduação Educação (PPGE), na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, p. 157, 2021.

AMARAL, W.R.; BAIBICH-FARIA, T.M. (2012). **A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetória e pertencimento**. R. Bras. pedag., 93, 818-835.

AMBROSIO, Nicolay. Estudantes indígenas cobram compromisso de candidatos à reitoria da Ufam. **Amazonia Real**, 2025. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/estudantes->

indigenas-cobram-compromisso-de-candidatos-a-reitoria-da-ufam/. Acesso em: 06/05/2025.

ANDIFES – Unir: **Política de cotas garante mais igualdade na seleção de alunos.** Disponível em <https://www.andifes.org.br/2021/07/22/unir-politica-de-cotas-garante-mais-igualdade-na-selecao-de-alunos/>. Acesso em: 14/04/2025.

ARROYO, D.; ROCHA, M. 2010. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 131-157.

BANIWA, Gersem. **A lei das cotas e os povos indígenas**: mais um desafio para a diversidade. *Pensamento Crítico Latino Americano*. Fórum, encarte nº 34, p. 18-21, 2013.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, p. 37-53, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>.

BPBES. (2018). **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e serviços ecossistêmicos 2018.**

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil**: A Questão das Cotas no Ensino Superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

COSTA, S.D.F.; OLIVEIRA, J.A. (2011). Uma década de interiorização do ensino superior no Estado do Amazonas: relato de caso da Universidade do Estado do Amazonas. **T & C Amazônia**. n. 20, p. 26-30, 2011.

COSTA, Samuel Douglas Farias; CARNIEL, Fagner. Inclusão indígena na educação superior: perspectivas, desafios e caminhos institucionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270019>.

ESTÁCIO, M. F. (2015). **A presença indígena no ensino superior**: a experiência da Universidade do Estado do Amazonas. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, 2015, p. 1-14.

FERREIRA, M. A. V., SOARES, L. de V.; CASTRO, T. S. (2021). Alunos indígenas na universidade: o que mudou nas práticas curriculares do professor do ensino superior? **Rev. Exitus**, 11, 01-25.

IBGE. **Resultados do Universo do Censo 2022 revelam que existiam 1,7 milhões de indígenas no Brasil.** IBGE Educa, 2023. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html#:~:text=O%20Censo%202022%20identificou%20que,93%2C49%25\)%20deles%20ind%C3%ADgenas](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html#:~:text=O%20Censo%202022%20identificou%20que,93%2C49%25)%20deles%20ind%C3%ADgenas). Acesso em: 29/05/2025.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023:** Divulgação dos resultados. Brasília, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 29/05/2025.

KRAINSKI, L.B., KRUEGER, D. A. M.; GOITOTO, C.A.G.J. (2022). Somos todos universidade: inclusão e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas do Paraná. **Conjecturas**, 22(5), 16-29.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica:** uma poética do imaginário. 5ªed. – Manaus: Valer, 2015.

LUCIANO, G.; AMARAL, W. (2021). Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**, 10 (2), 13-37.

LUNA, W.F., TEIXEIRA, K.C., LIMA, G.K. 2021. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface - Comun. Saúde Educ.**, Botucatu 25.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia:** religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999. 283 p.

MELO, D., ARAÚJO, D. (2019). **Apesar de relatos de racismo, Ufam não tem registro oficial de casos.** Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA).

PALANDI, Viviane et al. Entre experiências, afetos e vivências interculturais: pedagogias da Universidade do Estado do Amazonas. **Extensão em Revista**, n. 7, 2021. ISSN 2525-534.

PEIXOTO, K.P.F. 2017. **Racismo contra indígenas:** reconhecer é combater. Ano 21, Volume 28(2), 2017.

SANGION, Juliana. **Vestibular indígena 2023 tem recorde de inscritos.** Unicamp Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/12/16/vestibular-indigena-2023-tem-recorde-de-inscritos>. Acesso em: 20/05/2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do abissal: linhas globais e uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciência Sociais**, v. 78, p. 3-46, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. In: Revista Educação (PUC-RS), v. 31, n. 3, p. 11-20, 2008.

SILVA, Carlos Rafael da; COSTA, Suzane Lima. **Da retomada ao presente: políticas afirmativas para povos indígenas no Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, n. 237 – nov./dez. 2022 – Bimestral.

TOLEDO, V & BARRERA-BASSOLS, N. (2008). **La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Editorial Icaria, Barcelona, España. 233 pp.

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. **Faculdade Indígena Intercultural**. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=multimidia&c=faculdade-indigenaintercultural#:~:text=A%20Unemat%20%C3%A9%20pioneira%20na,%C3%A0%20diversidade%20%C3%A9tnica%20e%20cultural>. Acesso em: 05/08/2024.

UNIR – Universidade Federal de Rondônia. **PS UNIR 2025** – Processo Seletivo UNIR 2025 (Vagas Reservadas para Cotas e Ampla Concorrência). Disponível em: <https://editais.unir.br/certame/exibir/516>. Acesso em: 13/04/2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA. (2023). **Processos seletivos especiais indígenas**. Último acesso em: 25/05/2025.

VASCONCELOS, L.R.C. (2022). **Racismo contra povos indígenas e educação**. Revista da FAT: Educação e Contemporaneidade, vol. 31.